

A INDETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO NOS ESTUDOS SÓCIO-PRAGMÁTICOS: DIVERGÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS*
(Meaning Indeterminacy in Socio-Pragmatic Studies:
Theoretical and Methodological Divergence)

Carla MARTINS
(Fundação Oswaldo Cruz)

ABSTRACT: *This paper aims at identifying theoretical and methodological divergences on meaning indeterminacy in socio-pragmatic studies. The first part discusses two different approaches on the notions of context, communication and meaning, by opposing, on one side, Grice's and Searle's pragmatics, and, on the other side, socio-interactional discourse analysis, originated from Bateson's and Goffman's works and represented by Gumperz's studies. The second part establishes the theoretical and methodological implications on the analysis of indeterminacy, showing that the approaches mentioned poses different sets of motivations and phenomena.*

KEY-WORDS: *discursive indeterminacy; socio-pragmatic discourse theories.*

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo identificar, nos estudos sócio-pragmáticos, divergências teórico-metodológicas na abordagem da indeterminação. A primeira parte discute, nestes estudos, diferentes perspectivas sobre as noções de contexto, comunicação e significado, contrapondo, de um lado, a pragmática de Grice e Searle e, de outro lado, a análise do discurso sócio-interacional derivada dos trabalhos de Bateson e Goffman e representada pela obra de Gumperz. A segunda parte do artigo estabelece as implicações teórico-metodológicas dessas duas perspectivas para a análise da indeterminação, demonstrando que estas divergem quanto ao escopo das motivações e dos fenômenos relacionados à indeterminação.*

PALAVRAS-CHAVE: *indeterminação discursiva; teorias sócio-pragmáticas do discurso.*

* Este artigo se baseia na Tese de Doutorado intitulada A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, em abril de 2001.

1. Introdução

A literatura sócio-pragmática do discurso¹ vem indicando a indeterminação do significado como inerente à interação e à língua em uso. Nas áreas referidas, o fenômeno da indeterminação se relaciona com termos como “ambigüidade” (Goffman, 1974, 1981; Schegloff, 1984; Blum-Kulka e Weizman, 1988; Green, 1996), “polissemia” (Green, 1996), “indiretividade” (Labov e Fanshell, 1977; Tannen, 1981, 1986; Brown e Levinson, 1986; Blum-Kulka, 1987), “sub-especificação” (Green, 1996), “vagueza” (Goffman, 1974), “mal-entendido” (Tannen, 1981, 1986; Blum-Kulka e Weizman, 1988; Dascal, 1999; Weigand, 1999), “ambivalência” (Wajnryb, 1998), “comunicação paradoxal” (Bateson, 1972) e, inclusive, “indeterminação” (Green, 1996, Chang, 1999). A profusão de termos nos revela o quanto a indeterminação pragmática, embora de forma não sistematizada, vem sendo tratada como um fenômeno central à língua em uso, ao discurso e à interação.

O destaque dado à indeterminação, inclusive, não é exclusivo às linhas sócio-pragmáticas de análise do discurso. Duas outras tradições de estudos lingüísticos, o funcionalismo e a análise de discurso de linha francesa (AD), figuram no relevo dado ao fenômeno. A linha funcionalista de estudos sobre os processos de gramaticalização considera a imprecisão contextual intrínseca à língua em uso, sendo tal imprecisão um dos fatores que desencadeiam mudanças gramaticais (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991; Hopper, 1991; Traugott e Heine, 1991; Bybee, Perkins e Pagliuca, 1994; entre outros). Para a AD, é no “equivoco” e no “silêncio” que se situaria o próprio processo de constituição do ato de linguagem (Orlandi, 1997; Ferreira, 1994).

Neste panorama de valorização da indeterminação, teóricos chegam a afirmar que a (possibilidade de) compreensão mútua é quase um “milagre”, o que torna “bastante irracionais” as teorias que defendem a comunicação em termos de codificação e decodificação de idéias (Green, 1996: 10-1). Tal é o destaque dado aos fenômenos vinculados à indeterminação

¹ Por sócio-pragmática do discurso, compreendemos as abordagens descritas no trabalho de Schiffrin (1994): a análise da conversa etnometodológica, a pragmática (de Grice), a teoria dos atos de fala (de Searle e Austin), a sociolingüística variacionista, a etnografia da comunicação e a sociolingüística interacional.

que já se apontaram os riscos de um “não-literalismo” ou “contextualismo” exarcebado (Dascal, 1987) e os perigos da “pluralidade absoluta” (Ferreira, 1994).

Não se observam, na literatura sócio-pragmática, estudos que identifiquem ou estabeleçam divergências teórico-metodológicas sobre o fenômeno. Ora os estudos se limitam a descrever instâncias de ocorrência da indeterminação, ora se ocupam de defender a centralidade do fenômeno no discurso, ora se restringem a estabelecer oposições a um campo externo às abordagens discursivas. Neste último caso, localizamos especificamente o estudo de Green (1996), que discute “ambigüidade pragmática” em função do conceito de “ambigüidade semântica”, não se referindo à polêmicas entre as abordagens sócio-pragmáticas.

Contudo, deve-se registrar que há efetivamente divergências entre as abordagens sócio-pragmáticas de análise do discurso, identificadas por Schiffrin (1994), no tocante, entre outros aspectos, às noções de contexto e comunicação. É de se supor, portanto, que tais divergências tragam implicações na abordagem da indeterminação do significado.

Assim, o objetivo deste artigo é explorar as divergências entre duas teorias sócio-pragmáticas do discurso no tocante à indeterminação do significado. Para tal, na primeira parte do trabalho, contrapomos as pragmáticas (de Grice e de Searle) com a tradição sócio-interacional de análise do discurso (resultante dos trabalhos de Bateson e Goffman e representada pela obra de Gumperz). Na segunda parte, relacionamos tais oposições com o tratamento da indeterminação, no que diz respeito às divergências sobre as motivações e sobre o escopo do fenômeno.

2. Abordagens sócio-pragmáticas do discurso:

Em linhas gerais, a sociolinguística interacional coloca o conhecimento sócio-cultural-cognitivo que se constrói e se expressa nas interações face a face como foco central de análise. Tal conhecimento está na base das interpretações sobre a situação comunicativa, dos papéis desempenhados e dos enunciados produzidos pelos participantes. A questão básica desta tradição de análise sociolinguística é o quão bem sucedida é a comunicação e como este sucesso está relacionado ao conhecimento sociolinguístico. Assim, são focos centrais da sociolinguística interacional a forma como os

membros de uma comunidade identificam os eventos de fala, como o input social varia no curso da interação e como o conhecimento social produz a interpretação das mensagens. O significado é, portanto, construído por um processo complexo de sinais lingüísticos e não lingüísticos ancorados no contexto (Schiffrin, 1994).

Grice desenvolveu um modelo de significado baseado na noção de “cooperação” e nos mecanismos racionais de dedução de significados. Já Searle, a partir dos estudos de Austin, aprofundou a teoria dos atos de fala, que parte do princípio que a função da língua é executar ações, tais como “pedidos”². Assim, o trabalho de Searle focaliza as formas pelas quais significado e ação são desenvolvidos através da língua.

Analisaremos estas duas abordagens do discurso a partir das noções de “contexto”, de “comunicação” e de “significado”, sendo as duas primeiras adotadas a partir de Schiffrin (1994). Contudo, antes de estabelecermos a distinção entre estas abordagens, duas observações se fazem necessárias, para justificar o recorte de autores analisados neste item.

Em primeiro lugar, observamos que dois autores apontados como “sociolingüistas interacionais” – Goffman e Bateson – não se auto-denominaram como tal. Os estudos de Goffman, por exemplo, não almejam, em última instância, a formular uma teoria a respeito da estrutura da língua, e sim uma perspectiva a respeito da organização da experiência social, na qual se inclui a comunicação via língua³. A consideração destes autores se deve, entretanto, a sua contribuição para a construção de uma perspectiva sócio-interacional do discurso. Uma restrição semelhante vale para os estudos de Grice e Searle; estes não podem ser definidos como teóricos do discurso, e sim como filósofos da linguagem interessados na questão do significado dos enunciados lingüísticos. Assim, reiteramos que nossa discussão parte de perspectivas discursivas derivadas das obras destes autores, não necessariamente tratadas de forma direta nos originais.

² A continuidade entre o trabalho de Searle e Austin vem sendo discutida na literatura (Levinson, 1983; Ottoni, 1998). Contudo, no presente artigo, desconsideramos as eventuais aproximações e oposições entre ambos, pois ao tomarmos Searle como central a nossa análise, partimos apenas do fato que este vem sendo legitimado como o porta-voz da obra de Austin (para uma análise deste processo de legitimação, referir-se a Rajagopalan, 2000).

³ Na obra de Goffman, dois escritos tratam diretamente da fala: “The frame analysis of talk”, capítulo componente do livro *Frame analysis* (1974) e os artigos compilados em *Forms of Talk* (1981) (para um levantamento da produção de Goffman, referir-se a Malufe, 1992).

Em segundo lugar, é relevante apontar que nossas observações sobre as teorias de Grice e de Searle não se estendem à totalidade dos estudos intitulados “pragmáticos”. A fronteira entre a pragmática e a sócio-interacional não é clara e definida, pois muitas das tradições incorporadas pelos dois campos são comuns (cf. Levinson, 1983; Figueroa, 1984). Em trabalho mais recente, Verschueren (1999) discute, sob o rótulo “pragmática”, conceitos relativos a várias tradições de análise do discurso – “função”, “intencionalidade”, “cooperação”, “polidez”, “contexto”, “cultura”, “estilo”, “conversa” e “intertextualidade” – o que confirma, na última década, a falta de nitidez entre as fronteiras nos estudos sócio-pragmáticos do discurso, apesar das divergências entre os trabalhos seminais.

2.1. A noção de contexto:

Apesar de a consideração de contexto ser comum aos trabalhos de Grice e Searle e à perspectiva sócio-interacional, podemos afirmar que o tratamento dado a esta noção é diferenciado. Segundo Schiffrin (1994: 378), a teoria dos atos de fala de Searle e a pragmática griceana vêem o contexto como “conhecimento”, enquanto a sócio-interacional considera contexto como “conhecimento” e “situação”.

Grice estabelece uma distinção entre dois tipos de significado, o “significado do falante” – de caráter pragmático – e o “significado convencional” – de natureza semântica. Na proposta de Grice, o primeiro está relativamente desvinculado do segundo, ou seja, o que o falante intenciona comunicar não está necessariamente relacionado ao significado convencional (Grice, 1957). O significado do falante, não estando totalmente subordinado ao código, pode ser inferido por processos diferenciados da decodificação gramatical e lexical. Neste sentido, é central o conceito de ‘implicatura’: uma inferência sobre a intenção do falante, que resulta da decodificação de significados e da aplicação de princípios conversacionais. Ou seja, as implicaturas do tipo conversacional são inferências não convencionais e não marcadas discursivamente por conectivos como “portanto”, sendo fruto da capacidade racional dos falantes (Grice, 1980). Nas palavras de Grice:

Para deduzir que uma implicatura conversacional determinada se faz presente, o ouvinte operará com os seguintes dados: (1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o princípio da cooperação e suas máximas; (3) o contexto, lingüístico ou extralingüístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior; e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1) – (4) são acessíveis a ambos os participantes e ambos sabem ou supõe que isto ocorra. (Grice, 1957: 93).

Apesar do destaque dado ao contexto, conforme se verifica no trecho acima, podemos afirmar que um limite da pragmática griceana é exatamente o não tratamento desta noção. Embora Grice se refira aos contextos “extra-lingüísticos” e ao conhecimento de mundo dos falantes (respectivamente nos itens (3) e (4) do trecho destacado), ele não oferece elementos para analisá-los. Esta limitação é assumida pelo próprio autor, ao apontar que não foram tratadas por ele

questões a propósito de que tipos de focos de relevância podem existir, como se modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados, e assim por diante. Considero o tratamento de tais questões excessivamente difícil e espero retornar a elas em um trabalho posterior (Grice, 1980: 87)

Portanto, Grice considera o contexto fundamental à análise do significado. Contudo, este autor entende contexto como “conhecimento de mundo”; além disso, Grice não investigou em que consiste este conhecimento, limitando-se a apontar mecanismos dedutivos racionais, independentes da “situação de fala” específica. Estes fatores resultam na idealização da categoria “contexto”. Observe-se que duas críticas apontadas pela literatura à perspectiva de Grice referem-se exatamente a esta idealização: sua exclusão de fatores sócio-culturais e seu caráter etnocêntrico (apud Attardo, 1998).

A teoria de Searle (1969; 1995) também carece de uma análise mais aprofundada do contexto compreendido como “situação”. Passemos, portanto, a uma breve exposição dos pressupostos deste estudioso.

Conforme já apontado, Searle propõe o ato de fala como a unidade básica da comunicação. O objetivo final é estabelecer uma teoria geral do significado, identificando de quantas formas diferentes a língua pode ser usada. Uma questão básica consiste em explorar as relações entre o significado da sentença e o significado do falante, já que uma mesma emissão pode desempenhar diferentes atos de fala.

Para identificar e distinguir tais atos, Searle propõe doze aspectos, dentre os quais destacamos o propósito do ato, o status do falante e do ouvinte, as relações com o resto do discurso, e o conteúdo proposicional. A partir destas considerações, o autor estabelece cinco tipos de atos de fala diretos (assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos) e suas respectivas estruturas sintáticas. Nos atos de fala diretos, portanto, não há tensão entre significado literal e não literal, sendo o primeiro um dos aspectos que define o significado comunicativo do enunciado.

Mais complexos são os atos de fala indiretos, isto é, aqueles em que o significado da emissão do falante e o significado da sentença divergem. Um ato de fala indireto é, portanto, um ato ilocucionário realizado indiretamente através de outro. Por exemplo, no enunciado “Você quer abrir a porta?”, o propósito do falante não é requerer uma informação do ouvinte, e sim criar no mesmo um efeito que o leve a executar a ação em questão.

Searle levanta quatro aspectos para a análise dos atos de fala indiretos:

Para ser mais específico, o aparato necessário para explicar a parte indireta dos atos de fala indiretos inclui uma teoria dos atos de fala, alguns princípios gerais de conversação cooperativa (alguns dos quais foram discutidos por Grice (1975)) e a informação factual prévia compartilhada pelo falante e pelo ouvinte, além da habilidade para o ouvinte fazer inferências. (Searle, 1995: 50)

Searle compreende a habilidade para fazer inferências como uma estratégia que consiste em estabelecer, primeiramente, que o propósito ilocucionário diverge do literal e, em segundo lugar, qual é o propósito ilocucionário. Apesar de mencionar os elementos contextuais acima apontados, para Searle, nas obras referidas, o ouvinte toma a decisão que “o propósito ilocucionário primário diverge do literal” a partir do conceito de “intenção” (do falante). Não está claro, em Searle, como se operacionalizam, em interação reais, as habilidades do ouvinte para inferir (a intenção). Esta perspectiva resulta, assim como em Grice, em uma visão idealizada do contexto.

Portanto, Grice e de Searle não incorporam efetivamente fatores sócio-culturais específicos à noção de contexto, limitando esse conceito a um “conhecimento de mundo” idealizado. Neste sentido, estes autores criam uma teoria reificadora do contexto. Esta perspectiva sobre o contexto se origina, assim, de três limites nos modelos destes dois autores.

Uma primeira restrição das teorias de Grice e Searle está na excessiva ênfase no conceito de “intencionalidade”. Embora o conceito de intenção, por um lado, tenha auxiliado a resgatar a dimensão de uso da língua, por outro lado, limitou esta mesma dimensão, ao colocar a intenção do falante como o critério definitivo do significado (Verschueren, 1999).

Um segundo limite da abordagem de Grice e Searle é a idealização do ouvinte. Este, apesar de estar presente nas representações dos atos de fala, constitui apenas uma projeção das atitudes e intenções dos falantes, e não um participante atuante no evento. Ou seja, o ouvinte existe como uma “ordem internalizada”, mas não como um participante com a possibilidade de guiar a interação em uma direção não intencionada ou prevista pelo falante (Duranti e Goodwin, 1992).

Uma terceira limitação destas tradições se encontra nos tipos de dados utilizados nas análises: sentenças e contextos criados pelo próprio analista, para ilustrar os argumentos em foco. Ou seja, os processos de interação entre os participantes não são efetivamente examinados (Labov e Fanshel, 1977; Duranti e Goodwin, 1992).

Os estudos sócio-interacionais buscam exatamente investigar a forma como os participantes focalizam, constroem e manipulam aspectos do contexto, sendo tais ações constitutivas das atividades nas quais estes participantes estão engajados. Na tradição dos estudos interacionais, o contexto é uma forma de práxis interacionalmente constituída. Por esta razão, na sócio-interacional, o contexto é “conhecimento” e “situação”.

Os conceitos de ‘enquadre’ (Bateson, 1972; Goffman, 1974) e de “atividade de fala” (Gumperz, 1982b) são centrais à discussão do contexto compreendido nestes termos. Embora revisemos, numa linha cronológica, todos os autores mencionados, daremos destaque a Goffman, dada a ênfase de sua obra na definição do contexto como categoria socialmente situada.

Bateson (1972) demonstrou que qualquer situação comunicativa só pode ser entendida à luz de uma “metamensagem” sobre como categorizar e interpretar a situação e as ações componentes. A esta metamensagem, Bateson denominou “enquadre” (“*frame*”). O quadro define o conjunto de mensagens incluídas no mesmo e fornece instruções ao receptor sobre como entendê-las.

Na mesma linha de Bateson, Goffman (1974: 10) afirma que o significado das ações sociais é definido em função de princípios – os enquadres – que governam e organizam os eventos sociais. Os enquadres são macro-representações sociais, expressas na organização ritualizada das interações. Neste sentido, a análise do contexto em Goffman se ancora em uma preocupação básica: o processo pelo qual o conhecimento social produz a interpretação das ações em situações de fala.

O enquadre expressa o contexto tanto como “situação” como quanto “conhecimento”. Por esta razão, para Goffman, é necessário analisar o enquadre nestas duas dimensões. Nas palavras do autor:

Minha perspectiva é situacional, significando uma preocupação com aquilo a que o indivíduo está vinculado em um momento específico; esta vinculação freqüentemente envolve outros indivíduos específicos, não estando necessariamente restrita à arena dos encontros face a face (...) (Goffman, 1974: 8)

Ao ampliar o conceito de contexto, o programa teórico proposto por Goffman busca

(...) isolar algumas das estruturas de enquadres de significado básicas, disponíveis em nossa sociedade para imprimir significado aos eventos e analisar as vulnerabilidades específicas às quais estes enquadres estão sujeitos (Goffman, 1974: 10)

Estas considerações exigem a construção de uma teoria consistente sobre a relação entre “contexto” e “significado”, a partir da análise do esquema social dos enquadres que compõem dada cultura ou sociedade. Tais estruturas são sistematizáveis e finitas, o que possibilita a construção de uma teoria consistente sobre o contexto. Nas palavras de Goffman:

Digamos que, em dada cultura, há um conjunto limitado de esquemas básicos de interpretação (cada um, evidentemente, realizado num número infinito de formas), de tal forma que o conjunto como um todo é potencialmente aplicável ao “mesmo” evento. Suponha, também, que estes enquadres fundamentais formam, por sua vez, um enquadre – um enquadre dos enquadres. A partir, portanto, de um único evento em nossa cultura, neste caso, um enunciado, devemos ser capazes de mostrar que uma miríade de significados é possível, que estes se identificam com classes distintas e limitadas em número, (...) fornecendo não um mero catálogo infinito, mas uma perspectiva da estrutura da experiência. (...)

É este enquadre dos enquadres que nós devemos buscar; é um meta esquema desta natureza que irá permitir que nós acumulemos um conhecimento sistemático sobre os contextos, e não meras advertências de que, em outro contexto, o significado poderia ser diferente (Goffman, 1974: 68-70)

A consideração destes macro-enquadres sociais é fundamental para analisar o significado de enunciados específicos. O significado de um enunciado como “*o quê?*” se organiza em várias camadas – o sinal de que algo não foi decodificado, de que há uma intenção do falante em recuperá-lo e, talvez, de que o falante esteja discordando do que foi dito. Esta discordância, por sua vez, pode ser irônica ou “respeitosa”. A decisão entre um e outro significado só pode ser implementada a partir de uma análise do contexto, em função de estruturas mais amplas de significado – os enquadres.

Assim, tal programa teórico não tem sua raiz em meras “preocupações sociológicas adicionais”. O contexto social – como, por exemplo, os papéis interacionais desempenhados pelos participantes em dado evento – não está, para este autor, apenas “circundando” a interação. Para Goffman, sem a análise de enquadres, não é possível explicar o quanto o significado de um ato se aproxima do “significado literal”; não é possível explicar, inclusive, por que um ouvinte opta por interpretar um ato de fala como direto ou indireto⁴.

Gumperz (1982a) toma como base dos estudos interacionais o conceito de “atividade de fala” (*speech activity*) e as “pistas de contextualização” (*contextualization cues*). Gumperz define “atividade de fala” como a unidade básica da interação, socialmente significativa, em termos da qual o significado é avaliado. As “pistas de contextualização” constituem qualquer marca lingüística, paralingüística e não-verbal que contribua para a sinalização de pressuposições contextuais. Assim, de maneira semelhante a Bateson e Goffman, Gumperz enfoca a conversa não como um evento coeso, mas como uma sucessão de atividades contextualizadas – ou “enquadradas”⁵.

⁴ Esta observação é retomada em Goffman (1983), ao elaborar uma crítica direta às teorias pragmáticas que dão destaque aos mecanismos dedutivos baseados nas “pressuposições”. O autor afirma que não há polêmica a respeito da existência destes mecanismos: a questão é a análise deste “conhecimento”. Ou seja, o objetivo do analista deve ser identificar quais são os enquadres sociais que definem a “racionalidade” em dada situação: quem pode interagir com quem, em que circunstâncias, com que preâmbulos, e com que forma lingüística, sem ser considerado “insano” (p. 48). Com esta observação, o autor reafirma uma oposição à perspectiva racionalista de Grice.

⁵ Uma forma de sinalizar a mudança de enquadre é o “*code switching*” (Gumperz, 1982a: 59): “a justaposição de passagens de fala pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais distintos”.

Em suma, a partir dos estudos mencionados, podemos definir enquadre como uma metacomunicação sobre “o que está *acontecendo* numa interação” ou sobre “o que está sendo *feito* pelos participantes”, sob o ponto de vista dos mesmos. O enquadre está associado às – mas não determinado pelas – expectativas dos participantes a respeito de qual atividade está sendo construída e de como interpretar e produzir significado nos enunciados. O conceito de enquadre como definidor do contexto diferencia a sociolinguística interacional dos estudos de Grice e Searle, pois, para a primeira tradição, analisar o contexto e o significado das ações verbais implica em investigar a construção social de ambos na situação. Logo, a sócio-interacional aponta a necessidade de não limitar a análise do discurso a um “conhecimento de mundo” apriorístico e reificado: o analista deve descrever como inclusive os enquadres primários são indicados pelo contexto.

2.2. Noção de comunicação:

Segundo Schiffrin (1994:386), tanto os estudos de Grice e de Searle quanto a sócio-interacional são teorias que relacionam discurso e comunicação. Entretanto, o tratamento dado à noção de comunicação varia entre as abordagens. Esta diferença leva Schiffrin a estabelecer três modelos comunicativos distintos: o de “código”, o de “inferência”, e o “interacional”. A partir destes modelos comunicativos, a autora aponta que a pragmática de Grice e Searle é baseada nas noções de código e de inferência, enquanto a sócio-interacional, como a própria denominação indica, não se funda unicamente nestas duas noções. Tal distinção entre os modelos comunicativos, por sua vez, está vinculada a uma menor ou maior ênfase no princípio da “harmonia conversacional”.

O modelo de código parte de uma noção básica: a do emissor. O emissor apresenta três papéis: ser portador de uma proposição representada internamente a ser enviada para outro indivíduo; transformar esta mensagem em um conjunto de sinais acessíveis ao receptor; e transmiti-la a um receptor. A este último, cabem exatamente os mesmos procedimentos para decodificar o sinal, reconhecer a mensagem e acessar outro pensamento. Ainda segundo Schiffrin (1994), este modelo comunicativo é central na cultura ocidental, tendo sido aprofundado na linguística pelo paradigma saussuriano: a língua é um sistema de códigos em que os significantes

estão associados, de forma estável, aos significados⁶. Assim, a visão da comunicação baseada em código está relacionada a uma noção de mensagem como uma proposição interna e a uma noção de código como um algo fixo e estável. Os participantes se traduzem pelos rótulos “emissor” e “receptor”. A harmonia é central neste modelo comunicativo: não só o objetivo da comunicação é compartilhar uma mensagem, mas também todo o processo se baseia na existência, *a priori*, de um código compartilhado.

A visão de comunicação baseada na inferência se diferencia da baseada em código. Para a primeira, as mensagens não se restringem a representações, podendo manifestar intenções ou ações. Ao ouvinte, cabe deduzir tais intenções e ações.

As tradições teóricas de Grice e Searle constituem-se como modelos de código. Para Grice, o significado convencional figura no processo de cálculo das implicaturas; para Searle, a comunicação ocorre exatamente quando os indivíduos combinam o conhecimento de certos mecanismos lingüísticos com seu conhecimento das intenções e do contexto, identificando o ato de fala em questão. Estas tradições se apresentam, também, como modelos inferenciais, porque a dedução do “significado do falante” é central à teoria, conforme já apontado tanto em Grice quanto em Searle.

As teorias de Grice e Searle indicam uma crença na harmonia como uma noção central à comunicação, tanto na dimensão do código quanto na dos mecanismos inferenciais. Tal fato se verifica especificamente em Grice no “princípio da cooperação”, base da implicatura conversacional: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1980: 86). Sustentado por este princípio, Grice estabelece ainda uma lista de máximas conversacionais: quantidade (*seja informativo como requerido*), qualidade (*não diga o que você acredita ser falso e não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada*), relação (*seja relevante*) e modo (*seja claro*) (Grice, 1980: 86-7).

É importante reiterar que Grice deriva este princípio da suposição que a conversa é uma variedade da conduta racional. A conduta racional supõe

⁶ Reddy (2000) também aponta o predomínio desta perspectiva da comunicação, a partir da análise das metáforas do inglês sobre a língua. Segundo este autor, a maior parte destas metáforas remeteriam à visão da língua como um “conduto”.

que o participante conduz uma conversa de forma efetiva e cooperativa. Neste sentido, as implicaturas se baseiam na crença, compartilhada por falantes e ouvintes, de que as máximas não são, em geral, burladas durante a conversa; se esta burla ocorre, produz-se uma implicatura. A burla das máximas, portanto, na verdade mostra que estas são efetivamente operacionais. Por exemplo, uma sentença como “Você é o açúcar do meu café”, que contém uma falsidade categorial, quebraria a máxima da qualidade. Esta quebra implica na interpretação pelo ouvinte que o propósito do falante não é definir o referente “você” nos termos da sentença, e sim remeter a outro significado (Grice, 1980).

Em Searle (1969; 1995), também verificamos a crença na harmonia como fundamental à comunicação, tanto na dimensão do código quanto na dos mecanismos inferenciais. Em primeiro lugar, o objetivo da comunicação é alcançar o reconhecimento das intenções de outro (o falante); em segundo lugar, os procedimentos do ouvinte (para o reconhecimento das intenções) são meramente um espelho dos procedimentos do falante (para apresentá-las).

Portanto, em Grice e Searle observamos uma crença na harmonia como base da comunicação. Esta ênfase se observa em três diferentes aspectos: a ênfase na intenção (do falante); a desconsideração do ouvinte como participante ativo na produção dos significados e das ações; e o destaque dado ao conhecimento prévio comum, tanto no que se refere ao código quanto no que diz respeito aos mecanismos inferenciais (mesmo código lingüístico, mesmos princípios comunicativos). O modelo interacional de comunicação, representado pela perspectiva sócio-interacional, diverge de Grice e de Searle nestes três aspectos.

Em primeiro lugar, a sócio-interacional não coloca tanta ênfase na intenção do falante: este modelo supõe que a comunicação é “comportamento”, desconsiderando se este é intencional ou não⁷. Tanto a informação emitida intencionalmente quanto a não emitida nestes termos constituem comunicação.

⁷ O uso da palavra “comportamento” em referência à língua mereceria uma discussão mais aprofundada. Tal palavra não parece ser compatível com a visão da língua como uma ação social dinâmica, que predomina nos estudos sócio-interacionais revisados. A língua como prática de construção de significados remete a uma noção de falante como um agente desta construção. A palavra “comportamento”, contudo, está tradicionalmente vinculada a tradição behaviorista, que tende a desconsiderar o falante na perspectiva apontada.

Por conseqüência, esta suposição diminui o foco analítico do falante e aumenta a relevância no ouvinte, apontando para a noção de negociação. O ouvinte, no modelo interacional, desempenha um papel mais ativo, pois busca encontrar significado no comportamento de outro participante, desenvolvendo interpretações baseadas em múltiplas dimensões (social, emocional, referencial)⁸.

Uma terceira diferença diz respeito à ênfase no conhecimento prévio comum. O modelo interacional considera a noção de informação “situada” e, por esta razão, é menos dependente do código e mais dependente do contexto. Em outras palavras, embora o conhecimento lingüístico compartilhado contribua para a interpretação da mensagem, esta é sempre situada. Além disso, para o modelo interacional de comunicação, os procedimentos de interpretação não espelham necessariamente os de produção; ou seja, os mecanismos inferenciais não são necessariamente comuns aos participantes na situação de fala.

Neste sentido, podemos afirmar que Grice e Searle apresentam uma visão idealizada e harmônica de comunicação, enquanto a sócio-interacional admite uma visão conflituosa do fenômeno comunicativo. Na verdade, para os estudos sócio-interacionais, a “harmonia conversacional” não é apriorística, e sim uma construção possível dos participantes da interação (Schiffrin, 1990).

2.3. A noção de significado

Uma última questão relativa à diferença entre os modelos de discurso e à noção de indeterminação está na natureza do significado. Neste item, trataremos de uma questão central ao significado e, portanto, à indeterminação: a “literalidade”.

Apesar de considerarem uma visão de língua em uso, as teorias de Grice e Searle mantêm uma crença na estabilidade dos significados. A

⁸ A sócio-interacional propõe ainda uma complexificação dos papéis interacionais, ao se considerar a situação social na qual ocorre a comunicação. Em Grice e Searle, os participantes são identificados simplesmente como “falante” e “ouvinte”, rótulos coerentes com a noção de que as regras conversacionais se aplicam a várias situações e identidades. A divisão diática entre falante e ouvinte expressa, assim, uma desconsideração de que a comunicação pode apresentar diversos status de participação, como ouvintes principais e secundários (Goffman, 1974; 1981).

pragmática de Grice e Searle são, assim, teorias da literalidade. Tanto Grice quanto Searle incorporam a noção de significado literal a seu aparato teórico, mesmo ao criticarem tais noções.

Segundo Rajagopalan e Arrojo (1992:113), observa-se, em Searle, “um desejo subliminar de encontrar um valor constante, um elemento qualquer que pudesse ser estável e irreduzível, através do qual se tornasse possível a compreensão desse fenômeno tão volúvel que chamamos de linguagem”. Este fato pode ser identificado em inúmeras instâncias da obra de Searle, dentre as quais destacamos a defesa de que o conteúdo proposicional de um enunciado pode permanecer constante, apesar da variação do ato ilocucionário (apud Rajagopalan e Arrojo, 1992.).

Também em Grice encontramos a crença na existência de significados estáveis e irreduzíveis: conforme já apontado no item 1.1, Grice afirma que o significado literal constitui uma categoria independente do significado do falante. Alguns tipos de implicatura, inclusive, são desencadeadas exatamente pela não-adequação do significado convencional ao contexto (cf. item 1.2), o que indica que este significado é anterior à constituição do discurso.

Assim, encontramos em Grice e Searle uma crença na existência de enunciados que sejam completamente independentes do emissor ou da situação de emissão e, portanto, impermeáveis ao discurso. Searle e Grice rebatizam esta possibilidade, respectivamente, de “significado da sentença” e “significado convencional”. Os autores não colocam o significado literal como uma questão de análise, tomando-o como um dado apriorístico.

A tradição da sócio-interacional também opera, em certa medida, com a noção de literalidade. Gumperz (1982a) e Goffman (1974) incorporam parcialmente esta noção, pois não descartam a existência de significados estáveis, anteriores a dada negociação discursiva. Contudo, o “estável” não é impermeável à negociação discursiva, ou seja, este significado é sinalizado na interação, a partir do relevo dado ao mesmo pelos participantes. Assim, os “significados estáveis” devem ser objeto de análise, pois são fruto de negociação interacional.

Para Gumperz (1982a.), o significado social é negociado a partir do relevo dado, pelos participantes, a aspectos presentes no evento. As pistas de contextualização não determinam o significado, e sim limitam a inter-

pretação, destacando alguns aspectos do conhecimento de mundo e minimizando outros. Ou seja, existem, na interação, significados “latentes”, que não estão em destaque, mas estão presentes. Qual dos significados deve ser colocado em relevo é exatamente o que está em negociação. Assim, apesar da consideração dos conflitos entre significados, podemos afirmar que Gumperz não descarta a existência de significados literais – ou, nos seus termos, “latentes”. Porém, estes são colocados em relevo a partir das pistas de contextualização, que devem, portanto, ser estudadas.

Conforme já apontado, Goffman (1974) defende a perspectiva da vida social como uma construção de base interpretativa: as situações sociais são significativas apenas a partir do momento em que se aplica a esta situação um enquadre de referência. Esta defesa não significa, no entanto, que tais interpretações são criadas pelos participantes da interação. É digno de nota que o autor, no trabalho referido, dedique um extenso capítulo à análise dos *misframings*, o que aponta sua preocupação com as interpretações socialmente ancoradas. Tal posição se explicita no trecho destacado a seguir:

Na maioria dos casos, uma definição da situação é sempre encontrada mas aqueles envolvidos diretamente nela não criam esta definição, embora se possa dizer que eles façam parte da sociedade que as criou; no cotidiano, estes indivíduos apenas acessam de forma adequada o que a situação deve significar para eles e, assim, agir de acordo. Na verdade, nós, pessoalmente, negociamos aspectos das circunstâncias em que vivemos, mas, uma vez negociados estes aspectos, nós damos prosseguimento mecanicamente, como se a questão nunca tivesse sido problemática. Portanto, também há ocasiões em que nós temos que aguardar o término do evento para descobrir o que ocorreu. Há também atividades nossas em que nós adiamos a decisão sobre o que, na verdade, estávamos fazendo. Mas certamente estes não são os únicos princípios de organização [social]. A vida social já é suficientemente dúbia e absurda, mesmo sem a empurrarmos para o campo da irrealidade (Goffman, 1974: 1-2)

Contudo, apesar da defesa deste forte arcabouço social, Goffman aponta também o caráter negociado das interpretações. Por esta razão, a análise de enquadres de Goffman

(...) começa com o fato que, embora de um ponto de vista em particular algo momentaneamente possa parecer como real, na verdade, o que está acontecendo é simplesmente uma piada, um sonho, um acidente, um erro, um mal-entendido, uma manipulação, uma apresentação teatral, e assim por diante. A nossa atenção deve estar direcionada para aquilo que acontece na nossa compreensão sobre o que está ocorrendo e que faz esta compreensão tão vulnerável a estas re-leituras. (Goffman, 1974: 10)

Podemos concluir, a partir do trecho acima, que o objeto da análise de Goffman são os processos e elementos discursivo-interacionais que servem de base às interpretações dos participantes. Estas interpretações, muitas vezes, estão em conflito, embora ancoradas no contexto. Goffman expressa estes princípios por meio de uma metáfora: o problema para o analista não é a foto, é a câmera. Em termos lingüísticos, o problema é explicar como e por que determinados significados estão presentes em dada interação.

Assim, para Goffman, existem significados socialmente definidos e existe uma indeterminação imanente ao discurso. Por um lado, os significados não são criados pelos participantes: há estabilidade de significados porque há social. Por outro lado, cabe aos participantes identificar, construir e negociar os significados – socialmente estáveis – dentro dos inúmeros representados na interação. As sinalizações e interpretações de significado são processos complexos, dadas as “vulnerabilidades” inerentes ao discurso. Por “vulnerabilidades”, o autor compreende questões teóricas relativas à complexidade de organização dos enquadres em interações espontâneas, tais como “onde termina e começa um enquadre?”; “o enquadre em foco é o mesmo para todos os participantes envolvidos?”; e “que enquadres estão em disputa?”.

Podemos concluir que Goffman e Gumperz, embora considerem a existência de significados simultâneos, não descartam o conceito de significado “literal”. Contudo, o conceito de significado literal, nestes autores, não é idêntico ao de Grice e Searle, pois Goffman e Gumperz apontam a necessidade de investigar como os significados são socialmente criados ou sinalizados nas interações. Ou seja, a sócio-interacional desloca a questão: o problema não é identificar o significado “literal” e o “não-literal”, e sim os mecanismos que estão dinamicamente construindo o(s) significado(s) nas interações cotidianas.

3. Implicações teórico-metodológicas na abordagem da indeterminação

A partir da análise apresentada no item anterior, podemos resumir as teorias de Grice e Searle em termos de três limites: a visão reificada do contexto, a perspectiva harmoniosa da comunicação, e a visão idealizada e

estável do significado literal. A sociolingüística interacional, por sua vez, parte da necessidade de uma análise empírica do contexto significativo aos participantes, não faz a equivalência entre interação e harmonia e busca analisar o significado – inclusive o literal – como uma construção sócio-cultural.

Neste item, sistematizamos como estas divergências resultam em diferenças na abordagem da indeterminação, no tocante às motivações e à abrangência do fenômeno. Em outras palavras, demonstraremos em que medida as divergências implicam em diferentes concepções, recortes e construções do objeto em questão.

3.1. Motivações da indeterminação

Podemos identificar, na literatura, três grandes motivações da indeterminação: o caráter indireto, o caráter negociado e o caráter metafórico do discurso. A perspectiva pragmática definida anteriormente abre espaço apenas para primeira; já a perspectiva sócio-interacional do discurso abre a possibilidade também para as duas últimas motivações.

O caráter indireto do discurso⁹ tem sido apresentado como uma motivação da indeterminação. A indiretividade, por sua vez, se explica por duas razões: a primeira razão se vincula às estratégias de natureza sócio-cultural para preservar a face (Brown e Levinson, 1986; Tannen, 1981, 1986; Blum-Kulka e Weizman, 1988; Wajnryb, 1998) ou para criar códigos excludentes de identificação social ou grupal (Gumperz, 1982a, 1982b; Tannen, 1986; Chang, 1999); a segunda razão está nos limites inerentes à língua como codificação (Tannen, 1986; Green, 1996). Portanto, o caráter indireto do discurso explica a indeterminação como imanente ao discurso e à língua em uso, seja por conflitos entre diferentes marcas lingüístico-culturais de significação, seja pelo fato de que nenhum enunciado codifica todas as informações necessárias à interpretação.

O caráter negociado do discurso também pode ser identificado, na literatura, como uma causa da indeterminação, que, neste caso, se origina

⁹ Por indiretividade, entendemos “o modo como os indivíduos sinalizam aquilo que eles não dizem exatamente” (Tannen, 1986: 55).

da multiplicidade de contextos (enunciados, turnos, atos, ações, estórias, listas, descrições, registros) construídos e interpretados pelos diversos participantes do evento comunicativo. Nesta dimensão, os estudos sócio-interacionais têm destaque (Schiffrin, 1994, 1997), além do trabalho de Labov e Fanshell (1977). Observe-se que estes estudos, ao contrário dos que enfatizam apenas o caráter indireto do discurso, consideram a multiplicidade de contextos e significados, e não apenas o caráter indireto de um único contexto. Outra diferença entre os estudos sobre o caráter negociado do discurso e os do grupo anterior é que os primeiros apontam que a negociação discursivo-interacional não está necessariamente vinculada a conflitos entre diferentes estratégias sócio-culturais, pois interagir implica necessariamente em negociar significados.

Por fim, o caráter metafórico¹⁰ do discurso relaciona a indeterminação ao fato de a língua ser um instrumento de construção de conhecimento sócio-cultural. São centrais a este ponto os trabalhos de Goffman (1974) e Bateson (1972)¹¹. Esta motivação será enfocada com mais profundidade em nossa análise, dado o fato de ter sido pouco explorada, inclusive pelos estudos sócio-interacionais.

A indeterminação, para Bateson (1972), é criada pelo caráter de negação e permanência no processo de contextualização das mensagens. Tomando como exemplo o enquadre “brincadeira”, o estudioso observa que “a dentada [de brincadeira] refere-se à mordida, mas não representa aquilo que seria representado pela mesma” (Bateson, 1972:180). Ou seja, no (re)enquadre, marcas de identificação são simultaneamente neutralizadas e discriminadas. Assim, a discriminação entre as esferas de “combate” e “brincadeira” é sempre passível de se anular, pois os golpes usados na brincadeira podem ser confundidos com os golpes usados no combate. Acrescente-

¹⁰ Por metáfora, entendemos o processo de compreender e experienciar X em termos de Y, seguindo Lakoff e Johnson (1980: 5).

¹¹ É relevante apontar que a vinculação entre indeterminação e natureza simbólica da língua não foi inaugurada por Bateson e Goffman. Ullman (1964), citando Urban (1939), relaciona a natureza simbólica da língua com as polissemias e ambigüidades: “o fato de um signo poder designar uma coisa sem deixar de ser outra, o fato de que, por ser um signo expressivo da segunda, tenha também de o ser para a primeira, é precisamente o que faz da linguagem um instrumento de conhecimento. Esta “tensão acumulada” das palavras é a origem fecunda da ambigüidade, mas é também a origem desta predicação analógica, causa única do poder simbólico da linguagem.” (Urban, apud Ullman, p. 338).

se, ainda, a esta complexidade, a possibilidade de falsificar os sinais de enquadre, por exemplo, escondendo a hostilidade sob a capa de uma brincadeira (metafórica).

Cabe frisar que, para Bateson, a necessidade de discriminar entre ordens de mensagens está presente em inúmeras situações de comunicação: na brincadeira, a não discriminação pode levar à luta; no humor, para haver graça, é necessário entender que há diversos enquadres em jogo, com mudanças repentinas; na poesia, é fundamental a decodificação de metáforas; no ritual, é imprescindível lidar simultaneamente com o real e o simbólico.

Também em Goffman (1974) identificamos o caráter metafórico do discurso como a base da indeterminação. Uma instância de vulnerabilidade se encontra na relação entre “enquadre primário” e “*key*”. Os enquadres primários são aqueles que transformam situações sem significado em situações socialmente significativas. O *key* é o conjunto de convenções pelo qual dada atividade, já significativa em termos de enquadre primário, é transformada em algo mais, embora nos moldes do enquadre primário. Portanto, a representação de uma luta é um enquadre primário; a brincadeira de luta é o *key* da luta. Encenar, analisar ou descrever uma luta são também exemplos de *keys* do enquadre primário. A vulnerabilidade do *key* está, exatamente, no fato de este envolver elementos de um outro modelo significativo – o enquadre primário. Tal vulnerabilidade pode gerar um conflito na identificação do enquadre de referência – ou seja, uma indeterminação. Assim, as fronteiras entre enquadres são tênues, na medida que *keys* mantêm elementos do enquadre original, muitas vezes alterando-o apenas superficialmente. Tal fato dá margem a conflitos de interpretação entre os participantes da interação.

A fala, como outros eventos sociais, está também sujeita às vulnerabilidades apontadas, e, por conseguinte, ao equívoco de enquadres (“*misframings*”). Nas palavras do autor, “da mesma forma que um murro pode ser conduzido na forma uma pilhéria, uma ordem pode ser transmitida como uma brincadeira” (1974: 496)¹².

¹² Na verdade, para Goffman (1974), a fala é a mais fluida das atividades, dado o fato que esta co-ocorre, com frequência, com inúmeras outras atividades, estando, assim, sujeita a interstícios. Ou seja, a mudança de enquadre na fala é mais dinâmica que nas outras atividades humanas.

A questão que se coloca, neste item, é o fato de a perspectiva teórica de Grice e Searle não possibilitar o tratamento do caráter negociado e do caráter metafórico do discurso como motivações da indeterminação. Isso resulta da perspectiva reificada do contexto, da noção harmoniosa da comunicação, e da visão idealizada e estável do significado literal, já discutidas.

Ao partirem de uma visão reificada do contexto, Grice e Searle excluem a possibilidade de tratar os conflitos entre contextos – enquadres – que compartilham traços semelhantes. Na verdade, conforme já apontado, para estes dois autores, o ato de contextualizar não cria indeterminação, e sim a resolve. Portanto, a perspectiva de Grice e Searle exclui as indeterminações que resultam do ato de dar significado à experiência, e, portanto, o caráter metafórico do discurso como uma das motivações da indeterminação.

A perspectiva harmoniosa de comunicação destes dois autores também leva a uma redução das motivações do fenômeno da indeterminação. Ao desconsiderar o ouvinte como participante ativo, por coerência, Grice e Searle necessariamente fecham a possibilidade de considerar a negociação como um princípio interacional-discursivo e, por conseqüência, descartam o caráter negociado do discurso como uma motivação da indeterminação.

Por fim, a visão idealizada do significado literal também leva à exclusão do caráter negociado e metafórico do discurso como motivações da indeterminação. Para Grice e Searle, o significado só existe a priori, não sendo também um resultado discursivo, ou seja, um produto da negociação entre os participantes e do ato de dar significado à e atuar sobre a interação. A indeterminação é só um passo – a ser superado – para alcançar e esclarecer a intenção do falante, sinalizada de forma indireta. Assim, mais uma vez, a perspectiva de Grice e Searle reduzem a indeterminação a um resultado do caráter indireto do discurso.

Em suma, na teoria pragmática de Grice e Searle, a indeterminação necessariamente se origina do caráter indireto do discurso e/ou da língua em uso. Embora abram a possibilidade de investigar algumas estratégias sócio-cognitivas que, pela indiretividade, geram a indeterminação, as teorias de Grice e Searle também excluem a possibilidade de explorar a natureza dinâmica destas estratégias. Portanto, na teoria de Grice e Searle, a indeterminação não é resultante do próprio ato de interagir e de construir a experiência humana. Já a perspectiva sócio-interacional abre também a possibilidade de considerar estas duas motivação para o fenômeno da

indeterminação, rotuladas, por nós, respectivamente, de caráter negociado e metafórico do discurso.

3.2. Escopo dos fenômenos relacionados à indeterminação

As divergências entre as abordagens discursivas em questão também implicam em diferenças no escopo de fenômenos analisados sob o rótulo “indeterminação”. Para nossa análise, consideramos dois tipos de indeterminação: o “mal-entendido” e o “duplo vínculo”¹³. A perspectiva de Grice e Searle abrange apenas o primeiro, enquanto a perspectiva interacional abre a possibilidade de abordar os dois tipos de indeterminação.

Observe-se que, nestes dois tipos de indeterminação, identificam-se divergências. O “mal-entendido” se expressa em termos de uma disjunção absoluta (*“um ou outro significado”*), relacionando-se à concepção de falante como portador de uma única intenção. Já o “duplo vínculo” se realiza em uma conjunção (*“um e outro significado”*).

A perspectiva de Grice e Searle resulta em uma concepção de indeterminação que se resume a dois papéis: um fenômeno que desencadeia mecanismos inferenciais de interpretação das mensagens (implicatura) ou um fenômeno residual das falhas de tais mecanismos. Em ambos os casos, observa-se uma visão de indeterminação como algo a ser eliminado, para que o discurso, a comunicação e o significado do falante se realizem.

¹³ A literatura, inclusive da área da semântica, vem também consolidando o termo “ambigüidade pragmática” ou ainda “ambigüidade discursiva”. A maior parte destes estudos defende a “ambigüidade pragmática” ou “discursiva” enquanto um objeto específico (Blum-Kulka e Weizman, 1988; Green, 1996; Illari, 1997; Fredsted, 1998; Wajnryb, 1998), diferenciado da “ambigüidade semântica”. Em termos genéricos, a ambigüidade pragmática é relativa à totalidade do discurso, e não a itens lexicais ou sentenças; por exemplo, itens lexicais polissêmicos isolados de um contexto não configurariam esse tipo de ambigüidade. Não consideramos, contudo, este termo em nossa análise, dada a imprecisão de sua definição na literatura, ora sendo equivalente ao mal-entendido (Wajnryb, 1998), ora à noção genérica de indeterminação adotada neste artigo. Outro termo recorrente na literatura é “ambivalência”, que poderia ser definida como uma indeterminação estratégica em que há a presença deliberada – pelo falante – de dois significados simultâneos (Brown e Levinson, 1986; Wajnryb, 1998). Neste artigo, este termo também foi excluído de nossa análise, pois ele não se vincula necessariamente a uma das duas tradições estudadas. Uma diversidade de tradições convergem para este fenômeno; por exemplo, no caso do estudo clássico de Brown e Levinson (1986) os autores trabalham com o conceito griceano de indivíduo racional e com o conceito de face de Goffman.

O primeiro tipo de fenômeno pode ser deduzido a partir da noção de contexto da pragmática de Grice e Searle. Se, para estes autores, os ouvintes deduzem racionalmente as intenções do falante a partir do contexto, este tem o papel de resolver os enunciados indeterminados. A indeterminação seria um fenômeno limitado à dúvida sobre qual das intenções é a mais plausível em dado contexto. Neste sentido, as burlas às máximas conversacionais não levam, a rigor, à indeterminação, e sim à operação de mecanismos dedutivos (a implicatura). Assim, a indeterminação se torna algo a ser eliminado, dentro dos parâmetros da racionalidade pragmática.

O segundo tipo de fenômeno – indeterminação como um fenômeno residual – se relaciona com a noção de harmonia conversacional características da pragmática de Grice e Searle. Observe-se que todas as máximas conversacionais de Grice, discutidas no item anterior, referem-se ao conceito de clareza; note-se também que a quebra destas máximas apenas indica a não equivalência entre significado intencionado e proposicional, mantendo-se a crença na harmonia como necessária à comunicação. A partir destas noções, a indeterminação se torna, mais uma vez, algo a ser eliminado, para que a comunicação ocorra. Neste caso, a indeterminação assume, portanto, um papel marginal à prática discursivo-interacional.

Portanto, a noção de indeterminação de Grice e Searle se traduz, na literatura, no conceito de “mal-entendido”. O mal-entendido se originaria em problemas de decodificação ou de dedução do significado por parte dos ouvintes. Se o falante tem uma única intenção ao emitir determinado enunciado, a indeterminação ocorre exatamente quando o ouvinte falha em decodificar ou deduzir essa intenção (para um panorama deste conceito na literatura, referir-se a Dascal, 1999). Embora inerente aos mecanismos de interpretação da língua em uso, a indeterminação apresenta, nesta perspectiva, um papel restrito, seja porque se limita à função de desencadeador dos mecanismos interpretativos da intenção do falante, seja porque constitui-se como um fenômeno marginal à comunicação. Ou seja, a pragmática de Grice e de Searle, ao considerar o contexto como estável e resolutivo e a conversa como um evento harmônico, leva à exclusão do duplo vínculo como um fenômeno relevante à análise lingüístico-discursiva, restringindo a indeterminação ao fenômeno do mal-entendido.

Já na sociolingüística interacional, o contexto pode criar a indeterminação, pois não é algo reificado. Embora a sócio-interacional não

negue a existência de significados sociais pré-estabelecidos, esta perspectiva aponta que a “situação” também cria conhecimento. Por esta razão, para os estudos da linha sócio-interacional, o contexto é um dado para solucionar a indeterminação, mas é também gerador de indeterminação, pois qualquer ato de tornar significativo um enunciado está sujeito à vulnerabilidade. Assim, ambivalências e paradoxos são inerentes à língua como um instrumento simbólico-metafórico.

Observamos ainda, mais uma vez, que a tradição sócio-interacional não faz a equivalência entre comunicação e harmonia, considerando a multiplicidade de objetivos do falante e do ouvinte e a diversidade de contextos. Esta tradição considera a comunicação como uma negociação: ouvintes e falantes apresentam interesses diversos, pois estes não são indivíduos ideais e racionais, e sim social e culturalmente situados, atuando sobre os contextos disponíveis nas interações. Por esta razão, negociação envolve não só consenso, mas também conflitos no campo da definição dos contextos e dos significados. A indeterminação seria resultado destes processos de construção do conflito, seja porque o próprio falante apresenta objetivos diversificados, seja porque o ouvinte também tem um papel ativo no processo discursivo-interacional. Portanto, observa-se que a indeterminação não é sinônimo de ausência de comunicação.

Na verdade, a perspectiva sócio-interacional abre a possibilidade de colocar a indeterminação como equivalente ao próprio ato de comunicação. Bateson (1972) aponta uma indeterminação paradoxal – o “duplo vínculo” – como uma forma característica de inúmeras instâncias comunicativas. Ou seja, a indeterminação, além de não impedir a comunicação, é essencial para que esta ocorra, em determinados contextos. Assim, a resolução da indeterminação não é fundamental à comunicação e, no caso do “duplo vínculo”, a comunicação pode ocorrer exatamente pelo fenômeno da indeterminação.

Portanto, a abordagem sócio-interacional possibilita considerar o “duplo vínculo” como um fenômeno associado à indeterminação. No duplo vínculo, ocorre um entrelaçamento de contextos e de metagensagens associadas a contextos, gerando um paradoxo que inclui os seguintes elementos (Bateson, 1972: 206-7):

(a) um paradoxo contendo (1) uma injunção primária do tipo “não faça isso ou será punido”, ou “faça isso, senão será punido”;

(2) uma injunção secundária que entra em conflito com a primeira em um nível mais abstrato, sendo comunicada para a criança por meios não verbais e tendo como um de seus elementos quaisquer das partes da primeira, como em “isso não é uma punição”, “não me identifique como punidor” ou “não se submeta a minha punição”; “não questione o meu amor por você”; “não pense naquilo que você não deve fazer”;

(b) uma injunção terciária negativa que proíbe o sujeito de escapar da situação paradoxal: esta última injunção elimina a possibilidade de a vítima fazer qualquer afirmação metacomunicativa: ela não pode comentar sobre a situação, de forma a ajudar a corrigir a interpretação sobre as mensagens e decidir a qual delas responder.

Em suma, na tradição sócio-interacional, a indeterminação não se restringe a um fenômeno impeditivo da comunicação nem à dúvida sobre a intenção do falante em dado contexto, como ocorre na perspectiva pragmática em foco. A sócio-interacional possibilita abranger um escopo mais amplo de fenômenos, inerentes aos próprios processos de construção e negociação dos contextos, dos significados e das situações comunicativas.

4. Considerações Finais

A literatura vem demonstrando a centralidade da indeterminação no âmbito dos estudos discursivos. Podemos afirmar que a indeterminação se apresenta como um problema teórico relevante, por revelar processos inerentes à interação, ao discurso ou ao uso da língua. Portanto, neste artigo, buscamos dimensionar a indeterminação como um objeto das tradições de análise do discurso, identificando oposições teórico-metodológicas em seu tratamento.

Na primeira parte, a partir da contraposição de modelos de discurso – as teorias de Grice e Searle, de um lado, e os estudos socio-interacionais, de outro – estabelecemos diferentes concepções de “contexto”, “comunicação” e “significado”. Resumidamente, concluímos que a sociolinguística interacional, ao partir da necessidade de uma análise empírica do contexto significativo aos participantes, apresenta uma visão mais dinâmica de contexto, de comunicação e de significado.

Na segunda parte do artigo, buscamos demonstrar as implicações metodológicas das perspectivas analisadas na primeira parte. Derivamos estas implicações em termos das motivações e dos fenômenos relacionados à indeterminação.

Quanto às motivações da indeterminação, demonstramos que a pragmática de Grice e Searle abrem a possibilidade de considerar apenas a natureza indireta do discurso como pertinente ao objeto indeterminação. Por não possibilitar investigar o significado discursivo relativo à negociação dos diversos contextos interacionais, nem o próprio processo de enquadrar a experiência, as teorias de Grice e Searle resumem-se a estudar a indeterminação gerada pelas dificuldades de interpretação das pistas indiretas de significação. Assim, são excluídos, como motivações da indeterminação, o caráter negociado e o caráter metafórico do discurso, indicados pela perspectiva sócio-interacional.

Quanto ao escopo de fenômenos relacionados à indeterminação, consideramos os conceitos de “mal-entendido” e de “duplo vínculo”. Definimos o mal-entendido em termos de uma disjunção e o duplo vínculo em termos de uma conjunção. Demonstramos que estes dois conceitos expressam diferentes visões do fenômeno: o mal-entendido relaciona-se à visão apriorística e resolutiva do contexto, à perspectiva harmoniosa de comunicação e à noção de significado como uma entidade estável. O duplo vínculo aponta para uma noção complexa (e paradoxal) de contexto, para a não necessidade de uma comunicação harmoniosa e para a noção de significado como construção interacional. Por definição, portanto, as teorias de Grice e Searle necessariamente desconsideram o duplo vínculo como um fenômeno discursivo.

Em suma, neste artigo, demonstramos que as duas perspectivas analisadas implicam em diferentes recortes e abordagens do fenômeno em questão. Em outras palavras, as diferentes perspectivas abrem espaço para a construção de diferentes objetos, vinculados a diferentes abordagens teórico-metodológicas. No caso da perspectiva sócio-interacional, a abordagem pode se resumir a quatro pontos: a indeterminação não se restringe a uma “falha” na codificação, por parte do falante, tampouco a uma “falha” na decodificação por parte do ouvinte; há a possibilidade da simultaneidade efetiva de significados (“*um e outro*”); em determinadas circunstâncias, a comunicação pode se dar exatamente pela não-resolução da indeterminação;

a indeterminação tem uma de suas origens nos processos de construção dos contextos sociais específicos (os enquadres), sendo, portanto, resultante do ato concreto de emprestar significado a e de atuar sobre a experiência.

Cabe observar, por fim, que a sócio-interacional não é plenamente coerente com estes princípios, ou ainda não explorou, em profundidade, a proposta de Goffman e de Bateson. Por exemplo, a própria definição desta tradição aponta para uma visão harmoniosa da conversa, ao afirmar que sua questão básica é “o quão bem sucedida é a interação” (Schiffrin, 1994). Tal “sucesso” está relacionado, em certa medida, à ausência ou à escassez de mal-entendidos, gerados por conflitos sócio-culturais, conforme indicam os estudos de Gumperz (1982a e 1982b). A perspectiva harmoniosa de conversa também se insinua em Goffman (1974), que rotula os fenômenos relacionados à indeterminação como *misframing* ou seja, como um “erro” (de enquadre).

Contudo, apesar destas observações, consideramos que a categoria enquadre possibilita uma análise mais precisa da indeterminação como um fenômeno discursivo do que o conceito de “intenção” proposto por Searle e os “princípios de cooperação” propugnados por Grice. Ou seja, a perspectiva de que o contexto, a comunicação e o significado estão sujeitos à vulnerabilidade e à negociação coloca a indeterminação como inerente aos processos de construção de significados e à própria constituição do discurso.

E-mail: cmartins@malaria.procc.fiocruz.br
Recebido em agosto de 2001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATTARDO, S. 1998. Are socio-pragmatics and (neo)-Gricean pragmatics incompatible? *Journal of Pragmatics*, 30: 627-636.
- ALWOOD, J. 1980. On the distinction between semantics and pragmatics. In: KLEIN, W. e W. LEVELT (eds.) *Crossing the boundaries in linguistics*. Reidel Publishing Company.
- BATESON, G. 1972. *Steps to an ecology of mind* New York: Ballentine.
- BLUM-KULKA, S. 1987. Indirectness and politeness in requests – same or different. *Journal of Pragmatics* 11.2: 131-46.
- _____ e WEIZMAN, E. 1988. The inevitability of misunderstandings: discourse ambiguities. *Text* 8: 219-241.

- BROWN, P. & S. LEVINSON. 1986. *Universals in language usage: politeness phenomena*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, J., R. PERKINS & W. PAGLIUCA. 1994. Theoretical background. In: *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. e TRAUGOTT, E. 1993. Some preliminaries. In: *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHANG, H. 1999. The 'well-defined' is "ambiguous" – indeterminacy in chinese conversation. *Journal of Pragmatics*, 31: 535-556.
- CRYSTAL, D. 1987. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DASCAL, M. 1999. Introduction: some questions about misunderstanding. *Journal of Pragmatics*, 31: 753-762.
- _____. 1987. Defending literal meaning. *Cognitive Science*, 11: 259-281.
- _____. 1980. *Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática*. São Paulo: Ed. do autor.
- DURANTI, A. e GOODWIN, C. 1992. *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERREIRA, M. C. L. 1994. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco*. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado.
- FIGUEROA, E. 1984. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon Press.
- FREDSTED, E. 1998. On semantic and pragmatic ambiguity. *Journal of pragmatics*, 30: 527-541.
- GOFFMAN, E. 1983. Felicity's condition. *American Journal of Sociology*, 89.1: 1-53.
- _____. 1981. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____. 1974. *Frame analysis*. an essay on the organization of experience. New York: Harper and Row.
- GREEN, G. 1996. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: K. Van DEEMTER e S. PETERS. *Semantic ambiguity and underspecification*. California: CSLI.
- GRICE, H. P. 1980. Lógica e conversação. In: M. DASCAL (org.), M. *Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática*. São Paulo: Ed. do autor.
- _____. Meaning. 1957. *Philosophical Review*, 67: 377-88.
- GUMPERZ, J. 1982a. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1982b. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HEINE, B., U. CLAUDI e F. HÜNNEMEYER. 1991. Introduction. In: *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOPPER, P. 1991. On some principles of grammaticalization. In: _____ *Approaches to grammaticalization* Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- ILARI, R. 1997. A noção semântica de ambigüidade. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*, 1,1. Juiz de Fora: EDUFJF.
- LABOV, W. & D. FANSHIEL. 1977. *Therapeutic Discourse*. New York: Academic Press.
- LAKOFF, G. JOHNSON, M. 1980. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LEVINSON, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MALUFE, J. R. 1992. *A Retórica da Ciência: Uma Leitura de Goffman*. São Paulo: EDUC.
- ORLANDI, E. P. 1997. *As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- OTTONI, P. 1998. *Visão performática da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RAJAGOPALAN, K. On Searle [on Austin] on language. *Language & Communication*, 20.4: 347-391.
- RAJAGOPALAN, K. & R. ARROJO. 1992. Searle e a noção de literalidade. In: *O Signo Desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes.
- SEARLE, J. 1995. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1969. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHEGLOFF, E. 1984. On some questions and ambiguities in conversation. In: ATKINSON, J. & J. HERITAGE. *Structures of Social Action: studies in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHIFFRIN, D. 1997. Theory and method in discourse analysis: what context for what unit? *Language & Communication*, 17. 2: 75-92.
- _____. 1994. *Approaches to discourse* Massachusetts: Blackwell Publishers.
- _____. 1990. The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In: A. D. GRIMSHAW (ed.) *Conflict Talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TANNEN, D. (ed.) 1986. *That's not what I meant! How conversational style makes and breaks relationships*. New York: Ballantine Books.

- _____. 1981. Indirectness in discourse – ethnicity as conversational style. *Discourse Processes*, 4.3: 221-238.
- TRAUGOTT, E. & B. HEINE. 1991. *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- ULLMANN, S. 1964. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- VERSCHUEREN, J. 1999. Whose discipline? Some critical reflections on linguistic pragmatics. *Journal of Pragmatics*, 31: 869-879.
- WAJNRYB, R. 1998. Telling it like it isn't – exploring an instance of pragmatic ambivalence in supervisory discourse. *Journal of Pragmatics*, 29: 531-544.
- WEIGANG, E. 1999. Misunderstanding: the standard case. *Journal of Pragmatics*, 31: 763-785.